

o chamado  
Produção» e  
s que se têm  
nanto ao fun-  
cional do Ins-  
o impõem.

tória

o Fevereiro é  
um Grupo de  
idido pelo en-  
geral da Cul-  
e Espectácu-

mes  
oral

orto

ta Gomes, terá  
ública da Gui-  
oa, em escala  
de Estocolmo

aproximada de  
né-Bissau está  
óximas do Pa-  
s, além de ir  
uma troca de  
s países. Tam-  
es político-mi-  
mprimntarem

o composto de  
representante da  
CODICE, 1 re-  
presentante dos cine-  
clubes (que viria a sofrer

proprietário, que  
escolha se não fez por  
eção), 1 representante do  
Sindicato Nacional dos Pro-

teúdo sido substituído por  
1 representante do INATEL)  
(Continuado da 5.ª página)

em apoio da melhoria das  
condições de trabalho. —  
(R)

por agora cultivado pela  
primeira vez de maneira  
contínua «in vitro», por in-  
vestigadores da Universi-  
dade Rockefeller, em No-  
va York.

O prof. William Tra-  
ger, director do Departamen-  
to de Parasitologia, anunciou hoje, num comu-  
nicado, ter conseguido que  
o «plasmodium falciparum»  
se reproduzisse em sangue

é o parasita continuou a  
reproduzir-se, conservando  
as suas propriedades de  
infecção.

Século o investigador.  
esta experiência contri-  
bui-  
rá certamente para acele-  
rar a elaboração de uma  
vacina contra a malária,  
responsável anualmente  
pela morte de mais de um  
milhão de pessoas em todo  
o mundo. — (FP)

# Revelados na A. da R. os objectivos a defender pelos Partidos

Os objectivos dos cinco partidos representados na Assembleia da República, a defender durante o período legislativo, foram ontem apresentados no hemiciclo por Acácio Barreiros, da UDP, Alvaro Cunhal — foi a primeira vez que o secretário-geral do PCP falou em S. Bento — Freitas do Amaral, Sá Carneiro e por Mário Soares, em intervenções atentamente seguidas por todos os deputados e pelos assistentes — não muitos — que se encontravam nas bancadas reservadas ao público.

Embora não tenha havido grandes surpresas, pe-

rante o que os principais porta-vozes dos referidos partidos têm ultimamente

(Continuação na 2.ª página)

JOAO CORREGEDOR (texto)  
FERNANDO BAIÃO (fotos)



Foto Fernando Baião  
A Assembleia da República só a partir de Outubro iniciará efectivamente a missão de legislar. No entanto, neste período intermédio, os partidos não deixaram de apresentar, no hemiciclo, os propósitos que os animam. Para isso, usaram da palavra, a começar pelos representantes dos partidos menos votados nas eleições, Acácio Barreiros, Alvaro Cunhal, Freitas do Amaral, Sá Carneiro e Mário Soares

**A FEIRA**  
**abre hoje**  
**às 19 horas**  
HABILITE - SE  
IMEDIATAMENTE  
**A UM DOS AUTOMÓVEIS  
TOYOTA**

**le Azevedo mantém a candidatura mas pode sair de S. Bento**

POLÍTICA NACIONAL

# Assembleia da República

# «Penso e

## o cargo c

### - af

(Continuação de 1.ª pag.)  
declarado, verificam-se, já, os claros propósitos de a UDP (a ordem dos oradores foi inversa à da percentagem obtida na votação) em pugnar pela intransigente defesa do «prossu-guimento audivioso do grande movimento coletivo iniciado pelo-nosso Povo em 25 de Abril, contra tudo o que é podre e caduco e teima em querer oprimi-lo, rumo a uma sociedade justa, próspera e livre em que nos orgulhamos de viver, pela conquista da República Popular e do socialismo».

Alvaro Cunhal acentuou o «firme propósito do PCP agir de forma a contribuir para a defesa, a consolidação, a estabilidade e o prosseguimento do regime democrático, segundo os princípios definidos na Constituição, agir de forma a tornar possível aquilo que foi durante longos anos um projecto comum das forças progressistas e é, hoje, uma orientação constitucional: que a construção da democracia política seja acompanhada da construção da democracia económica, social e cultural».

O CDS anunciou, através do seu presidente, Freitas do Amaral, a intenção de apresentar em Outubro um projecto de lei contendo o «Estatuto da Oposição em Portugal». Salientou, ainda, que o seu partido «tem consciência de ter já dado um contributo válido para a institucionalização entre nós do conceito e da prática de uma oposição democrática e espera que outros o sigam na tentativa inédita mas necessária, da implantação em Portugal de uma lei oposição à maneira britânica, em lugar de uma oposição cega, sistemática, destrutiva, à maneira latina».

Na sua intervenção, Sá Carneiro fez um verdadeiro

apelo à compreensão: «O grupo parlamentar do PPD, disse, neste início dos nossos trabalhos proclama a sua determinação de agir sempre com integral respeito pela pessoa de cada um dos membros desta Assembleia e dos partidos que o Povo e ela trouxe pelo seu voto; o mandato que recebemos impõe-nos que nas nossas divergências e lutas parlamentares tenhamos sempre presentes os interesses do Povo português, em vez dos interesses partidários; que nos empenhemos com lealdade e serenidade, na defesa dos nossos ideais e pontos de vista, sem a mesquinhez das lutas pessoais e com o permanente objectivo de encontrarmos, por entre as nossas diferenças reciprocas o que melhor pareça servir o interesse geral.»

Finalmente, Mário Soares — o único a falar de oposição, como é seu hábito — expressou a decisão do seu partido «de que um Governo constituído pelo PS respeitará, em absoluto, os direitos da oposição; pedirá o concurso permanente dessa mesma oposição e fará um ponto de honra da sua actividade, respeitar permanentemente as liberdades de todos os portugueses sem nenhuma excepção. Mas o que se espera, naturalmente de um Governo socialista ou não socialista de um Governo que assuma a responsabilidade tão pesada de governar, nesta altura em Portugal perante a crise económica em que nos debatemos o que se espera desse Governo é que seja eficaz; que restabeleça a autoridade democrática do Estado português; que seja capaz de salvar a nossa Revolução e de salvar Portugal. Para isso, é necessário o concurso de todos os representados nesta Assembleia e é para o concurso desses partidos que justamente o Partido Socialista neste momento fez apelo».

Enfim, discursos de certo modo moderados — excepção feita ao deputado da UDP que não deixou escapar a oportunidade de atacar o CDS, o PPD e o PCP — que demonstram, nesta fase da política nacional a intenção clara de não criar polémicas as quais, aliás, não teriam continuidade na Assembleia da República que só voltará a reunir-se no dia 22 do corrente para apreciação do Regimento elaborado pela comissão ontem eleita.

Veremos o que nos reserva o futuro, mas a tônica deve com certeza ser bem diferente. Não esqueçamos que se o PS vier a formar Governo sozinho terá de apresentar o seu programa governamental e aprovação da Câmara. Logo aí, talvez em Julho o ambiente deve aquecer na Assembleia da República de acordo com a época estival... Mas nem pelo facto de a actividade legislativa começar em Outubro, em pleno Outono, ou seja num tempo mais frio, a temperatura no hemisfério social baixa. É que apresentamos numa linguagem moderada, ou não moderada, a verdade é que os objectivos dos cinco partidos são claros, estão definidos e, muitos deles, perfeitamente antagónicos.

Seja como for, porém, saudamos a forma cordial com decoreram as duas primeiras sessões da Assembleia da República que terá como

missão principal consagrar em definitivo a Constituição — a maior conquista obtida, desde que o Movimento das Forças Armadas derrubou o inesquecível dia 25 de Abril de 1974 a ditadura salazar-caetanista.

### O eterno problema...

Tal como aconteceu no início dos trabalhos da Assembleia Constituinte, o relatório da comissão de verificação de poderes foi contestado.

Aquela comissão aceitou todos os apelos, não tendo visto razão para impedir qualquer parlamentar de ter assento no hemiciclo.

Dessa opinião, contudo, não foi a UDP e logo se apressou Acácio Barreiros a contestar a elegibilidade de Mota Amaral, deputado do PPD pelo círculo dos Açores e de Basílio Horta, dirigente do CDS e também deputado.

Razões: «devido às comprovadas implicações de Mota Amaral na repressão fascista, enquanto membro activo da Assembleia Nacional fascista durante o regime fascista». Sobre Basílio Horta, Acácio Barreiros, informou a Assembleia da República e citando uma notícia publicada no nosso jornal, em 17 de Fevereiro de 1969, que aquele conhecido dirigente do CDS fora empossado como vogal da comissão administrativa da União Nacional.

O deputado da UDP apresentou uma proposta em que exigia a substituição de Mota Amaral pelo indivíduo que se lhe seguia na lista do círculo por onde foi eleito e solicitou, ainda, um inquérito à situação de Basílio Horta.

Houve esse debate: o PCP através de Vital Moreira — não andaremos longe da verdade se considerarmos este deputado o «leader» do grupo parlamentar comunista — apresentou uma proposta a qual se obrigava a comissão de verificação de poderes a elaborar um relatório sobre os factos aduzidos, mas o problema foi suplantado mercê da iniciativa de José Luís Nunes, do PS: requerimento para se passar à votação do relatório da comissão. Resultado: a favor votaram o CDS, o PPD e o PS; contra, a UDP e o PCP absteve-se.

### Comissão do Regimento

Uma das missões de alguns deputados é o de apresentar ao hemiciclo um projecto de regimento da Assembleia da República. Para isso cada partido indica os membros dos seus representantes, em número proporcional aos deputados que contam.

Assim, o PS indicou José Luís Nunes, Sottomayor, Cândida, António Araújo, Godinho de Matos, Oliveira e Silva, Hercúlo Pires e António Reis (como suplentes), Aquilino Ribeiro Machado e Alvaro Monteiro.

O PPD designou os seguintes deputados: Jorge Miranda, Moura Guedes, Barbosa de Melo, Nandim de Carvalho e Paulo Pinta e Cunha Suplentes; António Rebelo de Sousa e Pedro Roseta.

Pelo CDS farão parte da comissão, Francisco Lucas Pires, António Martins Carneiro e Navarro Coissirão, Suplentes; Rui Pena e José Ribeiro e Castro.

O PCP indicou Lino Lima, Maia Almeida e Vital Moreira, e a UDP, o seu único deputado, Acácio Barreiros.

O trabalho terá de estar concluído até ao dia 22, data em que haverá nova sessão.

### Homenagem

a Henrique de Barros

O presidente interino, Vasco da Gama Fernandes que foi novamente secretário das duas deputadas Amélia Aze-

vedo, do PPD e Maria José Sampaio, do CDS, prestou, em breves palavras homenagem ao seu antecessor, o prof. Henrique de Barros.

### Deputados do PCP agredidos à saída de S. Bento

A saída dos deputados de S. Bento não se verificou em bloco, assim como a dos jornalistas. Por isso, não assistimos, embora tivéssemos saído da Assembleia cerca de meia-hora depois de encerrados os trabalhos a uma agressão de que foram vítimas — segundo notícia da agência ANOP — os deputados do PCP Jaime Serra e Sousa Marques.

Segundo a ANOP «foram hoje agredidos por um grupo de refugiados das ex-colónias. Outro deputado comunista, Francisco Miguel, passou desapercebido aos agressores, que se dirigiram a Jaime Serra quando este acompanhado por Sousa Marques e por familiares, entrava para uma viatura estacionada perto da escadaria fronteira ao palácio».

«Antes, elementos que se encontravam entre o grupo de refugiados que ainda se encontra acampado frente a S. Bento tinham proferido ameaças e insultos contra o secretário-geral do PCP, dr. Alvaro Cunhal, que não saiu pela porta principal do edifício».

«Quando Jaime Serra entrou para a viatura, o grupo

agressor aproximou-se incitado por um indivíduo que já se encontra detido e que afirmou, depois, na esquadra chamar-se Sérgio Guedes de Melo, ser vendedor e morar na Avenida 5 de Outubro».

Ainda, segundo a ANOP «quando os deputados tentavam abandonar o local, uma furgoneta atravessou-se na artéria, impedindo a saída da viatura, que era entretanto apedrejada. Os deputados e os familiares, que os tentavam defender, foram então agredidos com cintos tendo sofrido várias escoriações. Pouco depois verificou-se a intervenção de agentes da Polícia de Segurança Pública que restabeleceram a ordem, enquanto dezenas de pessoas, que acorreram ao local, por estavam indignadamente contra o que aconteceu».

«Mais tarde, em declarações a ANOP Jaime Serra afirmou que «esta agressão a deputados saídos da Assembleia da República já era de esperar dadas as provocações que se verificaram na véspera». E acrescentou: «É um espectáculo deplorável para o nosso País, para a nossa imagem democrática».

«Vê-se, disse ainda — que «marginais abusam da situação dos retornados e provocam estes incidentes com o objectivo de denegrir a nossa democracia». Esta situação — afirmou — das autoridades e do Governo medidas que dignifiquem a País que dignifiquem a nossa Constituição que estamos a pôr em prática».

## CNE: extemporânea campanha eleitoral

«Tem esta comissão vindo a verificar que, muito tempo antes do início da campanha eleitoral, que está marcada na lei — Art. 44 do Dec. Lei n.º 319-A/76 — e sob os mais variados pretextos, está em desenvolvimento o que constitui desprestígio frontal da Lei» — diz a Comissão Nacional de Eleições, em comunicado. Continua: «Embora a liberdade de reunião esteja consignada na Constituição — Art. 45 — não é legítimo aproveitar esse direito para, abusando dele, impedir as disposições legais que fixam o período da campanha eleitoral, adiantando-se ao que está estabelecido e deve ser respeitado, prejudicando o fim que a lei quis atingir, e que é essencialmente, a perfeita igualdade de direitos de todos os candidatos, o que, além de reprovável, alargou, por iniciativa própria, o período que foi legalmente julgado suficiente para que todos os candidatos possam livremente levar a efeito a sua propaganda eleitoral. Entendendo esta Comissão ser seu dever não calar os factos apontados e chamar a atenção dos responsáveis para tal procedimento que contraria as regras democráticas que devem informar todo o processo eleitoral».

### Nomeação de delegados

Continuando a divulgar alguns aspectos relacionados com o próximo acto eleitoral, o Secretariado Técnico dos Assuntos Políticos e Eleitorais (STAPE) do Ministério da Administração Interna, informa que, até 7 de Junho, os candidatos ou mandatários das candidaturas indicadas, por escrito, aos presidentes das Comissões Administrativas Municipais ou administradores de bairro, os seus delegados e suplentes as assembleias de voto que aí exercerão funções fiscalizadoras.

«Entretanto, prossegue no Supremo Tribunal de Justiça

a apreciação dos processos de candidatura, depois de findo o prazo de apresentação das irregularidades processuais».

«No que diz respeito à preparação da campanha eleitoral, a Junta dos Inspec-ctores estabelecerá, até ao dia 9 de Junho, os locais próprios destinados às afixações de cartazes e demais propaganda eleitoral das diversas candidaturas».

«Por outro lado, está em curso no Centro de Informática do Ministério da Justiça (CIMJ) a montagem das bases de dados do sistema de apuramento dos resultados da eleição».

## MRPP: comício de apoio a Eanes

Na sexta-feira, às 21 horas, no Campo Pequeno, o MRPP promove um comício de apoio à candidatura democrática e patriótica do general Ramalho Eanes, materializando, assim, com realizações de massas, a decisão tomada, depois de o prazo de apresentação de uma grande importância nesta fase da Revolução, tão importante que o inimigo social-fascista a ataca desregradadamente, — mesmo os fascistas, que foram obrigados pela força das circunstâncias a aceitar semelhante candidato, — começam já a levantar-se contra ela, o que prova que tal programa é, para eles, «inaceptável» — salienta-se num texto emitido pelo partido.

Hoje e amanhã, Ramalho Eanes tem, na Lisboa e no Porto, a organização do trabalho com os seus mandatários ditadas.

A deslocação ao Porto será ainda aproveitada para contactos com entidades locais, representativas de diversos sectores da vida nortenha.

Na terça-feira, às 10 horas, o general dá, nos serviços centrais da candidatura, uma conferência de imprensa para todos os meios de comunicação portugueses e estrangeiros.

Por outro lado, os serviços de apoio — informam os subscritores e proponentes da candidatura e, bem assim, o povo em geral que deposite

### O SUCESSOR

A partida, ontem de manhã, para uma visita à bacia do Vouga, Pinheiro de Azevedo prestou declarações que apressadamente transmitidas fizeram crer muitos observadores que o actual Primeiro-Ministro se preparava para abandonar a corrida ao Palácio de Belém, reunido, porém, a fim da tarde, com os jornalistas na base de S. Jacinto o almirante tornaria bem claras as suas palavras: «Estou realmente muito desgostoso quanto à minha candidatura. Não admito que por causa de uma assinatura — trata-se, evidentemente, de uma imagem do Primeiro-Ministro se possa pôr de parte um homem que tem o mundo inteiro a seu favor no Conselho da Revolução. A culpa é, evidentemente, da lei que o tribunal tem de respectar. A lei foi feita pelos partidos e os partidos concordam com toda uma máquina para pôr em funcionamento as candidaturas. Um homem isolado não tem tempo para a absurda burocracia das assinaturas».

De qualquer maneira, para Pinheiro de Azevedo não se trata exactamente de um problema de falta de assinaturas, pois apresentou «vontades mil e tantas». O que lhe faltava são registos e outras formas burocráticas. Sua própria mulher, que sempre votou nele, não se pronunciou o necessário certificado.

«Eu votei contra todo o articulado da lei, propondo, ainda, um sistema de múltiplas que é o que se faz em todo o mundo desenvolvido. Respondi-lhes que os capitalistas é que pagam multas, Claro que há multas em toda a parte a apresentarem candidaturas. Pois, primeiro-lhes no pelo e sempre lhes dou alguma coisa. Pelo menos a bolsa...»

Justificando a sua candidatura, Pinheiro de Azevedo acrescentaria saber que, desde o primeiro momento, conta com o apoio das bases do Partido Socialista, de todos os partidos. «Sem isso não valia a pena».

Em seguida, a Ramalho Eanes disse ainda:

«Enquanto a população estiver convencida de que é ele

no general António Ramalho Eanes a sua irreduzível confiança de conduzir Portugal pelos caminhos da paz, da concordia, da justiça social, da liberdade e da democracia de que se encontram aptos a desenvolver e anunciar os caminhos da angariação de fundos, para o que os interessados poderão dirigir-se à sede destes serviços, na Avenida da República, n.º 16, em Lisboa, ou contactar pelo telefone 43396.»

## Conferências e coloquios sobre a Censura

Na terça e na quarta-feira da próxima semana realizar-se-ão, às 18 e às 20, no auditorio do Instituto Alemão, duas sessões de conferências e coloquios subordinados ao tema «Operação Censura».

José Cardoso Pires, Eusebio Fonseca Costa, e Carlos Eurico da Costa, focarão, na primeira sessão de conferências e coloquios, a censura efectuada até 25 de Abril de 1974 à Imprensa, à Publicidade, ao Cinema e, especialmente ao livro. Também se falará nos embriões de expressão censural que se verificaram depois do 25 de Abril.

## Brezhnev recebe Melo Antunes

MOSCOW, 4 — O ministro português dos Negócios Estrangeiros, major Melo Antunes, foi recebido esta tarde no Kremlin pelo secretário-geral do Partido Comunista Soviético, Leonid Brezhnev.

A visita, que não estava prevista no programa oficial do ministro português, prolongou-se por cerca de duas horas.

Depois da conferência com Brezhnev, o ministro português efectuou novas conversações com o ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Andrei Gromyko, mesmo depois de terem sido consideradas encerradas as conversações oficiais entre ambos.

Referindo-se às conversações entre Leonid Brezhnev e o major Melo Antunes, a informação oficial soviética salienta que a União Soviética e Portugal manifestaram a firme vontade de promover, por todos os meios, a diminuição de tensões, a normalização do clima internacional e a consolidação da paz. Brezhnev declarou, nomeadamente que «o Povo Português, como qualquer outro povo, tem o direito de seguir o caminho que ele próprio escolheu», indica Rádio Moscovo. O secretário-geral exprimiu «a simpatia e a solidariedade dos soviéticos com o Povo Português». — (FP-ANOP).

## O SÉCULO

SNT, SARI

- REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS EM LISBOA-2  
— Rua de «O Seculo», 41 a 63 —  
● Telefones — 36 27 51 a 36 27 55  
● Telegramas — SÉCULO — LISBOA  
● Telex — 12 372 — SÉCULO — LISBOA

---

- REDACÇÃO NO PORTO (DELEGAÇÃO)  
— Rua Sá da Bandeira, 5, 1.º —  
● Telefones — 229 67 - 236 03 - 268 72 ● Telex — 22 799
- ADMINISTRAÇÃO E DISTRIBUIDORA NO PORTO  
— Rua Miguel Bombarda, 221 —  
● Telefones — 38 00 51 - 31 95 26

---

- REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E DISTRIBUIDORA EM COIMBRA (DELEGAÇÃO)  
— Av. Fernão de Magalhães, 458 - 1.º — Salas 3 e 4  
● Telefones — 227 29 - 241 20

LIVRARIA «O SÉCULO»

ÚLTIMAS NOVIDADES LITERÁRIAS

REVISTAS NACIONAIS E ESTRANGEIRAS  
VISITE A NOSSA SECÇÃO INFANTIL E JUVENIL  
SERVIÇO RÁPIDO DE ENCOMENDAS  
EXECUTAM-SE FOTOCOPIAS

A LIVRARIA ENCONTRA-SE ABERTA DAS 9 AS 20 HORAS  
NATALINO expõe caricaturas de 1 a 15 de Junho  
de 1976

RECEPÇÃO DE ANÚNCIOS  
ROSSIO, N.º 23

## OFERTA AO

# UNIAO ELECTRICA PORTUGUESA

### AVISO AOS CONSUMIDORES

Para realização de trabalhos nas instalações desta Empresa no próximo Domingo, 6 de Junho, será interrompido o fornecimento de energia eléctrica em baixa tensão nas seguintes zonas:

CONCELHO DO SEXIÃO: Torre da Marinha, Vale Torre, Gada, São Seixina, Colmeias, Paiz Pires, Qt.º do Algarve, Serena, Pozo Novo, Bairro Novo, Santa Maria e Camões, das 07h 00m às 12h 00m.

CONCELHO DE ALMADA: Tráfaria, 4a, 07h 00m às 13h 00m.

Lisboa, 5 de Junho de 1976

---

## OFERTA AO

# CU

A APRESENTAÇÃO À OBTENÇÃO DE DESDE QUE A FER

HOJE - S